ACESSO A INTERNET BANDA LARGA COMO DIREITO FUNDAMENTAL DO CIDADÃO

BROADBAND INTERNET ACCESS AS A FUNDAMENTAL RIGHT OF CITIZENS

Eduardo de Abreu Moraes¹
Viviane Souza França²

RESUMO

Constituí objetivo precípua do presente ensaio, demonstrar como o acesso a internet tem se tornado cada vez mais imprescindível ao desenvolvimento do homem. Assim, o intuito desse trabalho é o de verificar se os ordenamentos jurídicos dos Estados democráticos em geral garantem o direito de acesso à internet banda larga, e ainda, se esse direito possui *status* de direito fundamental. Para persecução deste objetivo iniciaremos pontuando o que pode ser definido, no ordenamento jurídico brasileiro, como direito fundamental. Tomando como partida o raciocínio a pouco apontado, demonstraremos como acontece a investigação por direitos implícitos tomando como referência o estudo desenvolvido por Alexy (2011), com a Introdução da Teoria dos Direitos Fundamentais. Em sequência demonstraremos o conceito mais aceito para a expressão internet banda larga e a relação do acesso a esta importante ferramenta como direito fundamental do cidadão, perpassando pela proposta recente do governo brasileiro que traça um plano nacional para banda larga em seu território. Concluiremos o estudo proposto, tentando demonstrar que, hoje, a internet, por ser uma das formas mais importantes de acesso a informação e educação, está contida implicitamente nos textos constitucionais, e que o acesso a internet banda larga é um direito existente nos ordenamentos jurídicos dos estados democráticos possuindo, na atualidade, sem dificuldades, *status* de direito fundamental.

Palavras-chave: internet, direito, fundamental, acesso.

1 Bacharel em Direito pela UFMG. Graduando em Ciências Econômicas pela UFMG.

2 Bacharel em direito pela PUC/MINAS. Especializando-se em Ciências Penais pela Faculdade Milton Campos/MG, pesquisadora da Fundação Brasileira de Direito Econômico.

ABSTRACT

Constitutes primary objective of this paper demonstrating how internet access has become increasingly essential to the development of men. Thus, the aim of this work is to verify whether the democratic states generally guarantee the right of access to broadband internet, and even if that right has the status of a fundamental right. To attain this goal we will start scoring what can be defined in Brazilian law as a fundamental right. It will be demonstrated how implicit rights can be researched using Alexy's Introduction to the Theory of Fundamental Rights (2011). In sequence we will demonstrate the most acceptable concept of broadband internet access and the relation of this important tool as a fundamental right of citizens, passing by the Brazilian government's recent proposal that outlines a national plan for broadband in their territory. We will complete the proposed study trying to demonstrate that, today, the Internet is one of the most important ways of access to information and education, and that its access is implicitly contained in constitutional texts, and, therefore, a fundamental right in the legal systems of democratic states.

Keywords: internet, right, fundamental, access.

1 INTRODUÇÃO

É inequívoco afirmar que a internet, na atualidade, constituiu-se como uma das principais ferramentas de comunicação e transmissão de dados. Por meio da internet é possível obter todo tipo de informação e o seu elevado potencial a torna um instrumento imprescindível para a fomentação da educação, da cultura, do emprego, e, porque não, para a cidadania do homem.

A internet revolucionou os computadores e o mundo das comunicações como nada antes. A invenção do telégrafo, do telefone, do rádio e do computador prepararam o terreno para essa integração sem precedentes de recursos de comunicação (LEINER, 2009). Na atualidade, é seguro afirmar que é a internet representa o mais rápido meio de comunicação entre indivíduos, podendo levar determinada informação, à milhões de pessoas, em poucos segundos.

Objetivamos com o presente estudo demonstrar se a característica de promoção das capacidades humanas coloca a internet com status de direito fundamental do cidadão, o que, tomando como base o estudo proposto, intimamente relaciona esta preciosa ferramenta com o princípio da dignidade da pessoa humana.

Insta salientar que, o direito a educação e a informação, estão previstos na Declaração Universal dos Direitos do Homem e nas constituições dos Estados democráticos, sendo que, a internet, como veremos, por se configurar como uma das formas mais importantes de acesso a informação e educação, também aparece contida implicitamente nos textos constitucionais.

Assim, estabelecendo-se que este meio de comunicação possui *status* de direito fundamental, seria possível exigir uma proteção especial do Estado na garantia desse direito.

O governo Brasileiro, através do Ministério das Comunicações, vem instituir o Plano Nacional de Banda Larga (Decreto 7175/10), que objetiva propagar a internet banda larga no território nacional, reconhecendo-a como um dos maiores meios de comunicação e desenvolvimento social para o país (PNBL, 2009).

Desta forma, torna-se notório identificar que a internet possui uma forte capacidade de promoção do conhecimento e de desenvolvimento das capacidades e habilidades de um indivíduo, de modo que o leque de possibilidades e de projetos de vida se ampliam para as pessoas que tem acesso a essa importante ferramenta de comunicação mundial.

Para isso, será analisado se esse direito se conforma ao conceito de Direito Fundamental, o que estabeleceria uma obrigação por parte do Estado em promover o acesso a internet banda, como já vem acontecendo no Brasil e em outros países do mundo.

2 O QUE PODE SER ENTENDIDO COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Desde logo cabe ressaltar, como bem coloca o constitucionalista Dirley da Cunha Júnior (2009), que “não há consenso doutrinário no terreno terminológico e conceitual dos direitos fundamentais” (JÚNIOR, 2009, p. 532).

Assim, a briga doutrinária se propaga ao longo dos tempos no propósito inequívoco de conceituar a expressão direito fundamental e, suas conseqüentes implicações no ordenamento jurídico.

Esse artigo não possui o escopo de analisar qual nomenclatura utilizada pelas diversas correntes e autores é a mais adequada. Do contrário, o presente trabalho, seguindo a Constituição Brasileira de 1988³, adotará a expressão “Direito Fundamental”, o qual será utilizado para designar, segundo a lição do professor Dirley da Cunha Júnior (2009), “os direitos humanos positivados em nível interno [...]” (JÚNIOR, 2009, 536).

Na lição do referido constitucionalista tem-se:

De conseguinte, os direitos fundamentais são direitos assentes na ordem jurídica. São direitos que, embora radiquem no direito natural, não se esgotam nele e não se reduzem a direitos impostos pelo direito natural, pois há direitos fundamentais conferidos a instituições, grupos ou pessoas coletivas (direitos das famílias, das associações, dos sindicatos, dos partidos, das empresas, etc.) e muitos deles são direitos pura e simplesmente criados pelo legislador positivo, de harmonia com as suas legítimas opções e com os condicionamentos do respectivo Estado. (JÚNIOR, 2009, p. 536).

É importante ressaltar ainda, partindo do raciocínio do autor, que a sociedade humana não é estática e que, por sua vez, os institutos jurídicos evoluem no sentido de se adaptarem a nova realidade.

A ideia de direito fundamental, da mesma forma, vêm evoluindo para abarcar necessidades e direitos humanos que não existiam há algumas décadas, ou então, que assumiram nova forma, nova roupagem. Entretanto, é possível determinar qual é a essência dos direitos fundamentais, ou melhor, quais são os critérios capazes de indicar a existência de um direito fundamental. E são, exatamente, esses critérios que conseguirão apontar se o direito de acesso à internet possui *status* de Direito Fundamental. Sobre o tema, mais uma vez, apresentamos a precisa lição de Dirley da Cunha Júnior (2009):

Deveras, os direitos fundamentais vêm sofrendo mutações e assumindo novas dimensões com o evoluir da história, conforme as exigências específicas de cada momento, o que dificulta uma conceituação material ampla e proveitosa. Sem embargo, é preciso encontrar alguns critérios fundamentais que possam servir de vetor que permita identificar, na ordem jurídica, os direitos fundamentais, sobretudo os previstos implicitamente na Constituição ou existentes fora de seu catálogo expresso, até porque o que aqui almejamos é encontrar, para além de uma terminologia adequada e abrangente já definida, um conceito constitucionalmente adequado dos direitos fundamentais. (JÚNIOR, 2009, p. 536).

3 O Título II da Constituição Brasileira vigente trata “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”.

O constitucionalista citado prossegue seu argumento identificando como principal critério unificador que define determinado direito como fundamental, o princípio da dignidade da pessoa humana. Aqui, comungamos da opinião do autor, uma vez que, a doutrina jurídica, de um modo geral, caminha no sentido de valorizar, cada vez mais, a proteção de uma existência plena, satisfatória, dando liberdade ao indivíduo para traçar seu projeto de vida e buscar sua felicidade, com dignidade, dignidade esta que deve ser, também, garantida pelo Estado.

À vista desse critério, podemos conceituar os direitos fundamentais como aquelas posições jurídicas que investem o ser humano de um conjunto de prerrogativas, faculdades e instituições imprescindíveis a assegurar uma existência digna, livre, igual e fraterna de todas as pessoas. De um modo mais amplo, podemos concebê-los como princípios que resumem a concepção do mundo e informam a ideologia política de cada ordenamento jurídico. (JÚNIOR, 2009, p. 538, grifo nosso).

Diante desse conceito de Direito Fundamental, que, materialmente, possui como escopo o princípio da dignidade da pessoa humana, e, formalmente, representa a constitucionalização de Direitos Humanos previstos em âmbito internacional, resta-nos averiguar se o acesso à internet banda larga se relaciona com a dignidade humana e está contido (ainda que implicitamente) nas constituições dos países democráticos.

2.1 O princípio da dignidade da pessoa humana

O princípio da dignidade da pessoa humana previsto no ordenamento jurídico brasileiro, no texto constitucional (artigo 1º, III), é motivo de grandes reflexões no campo doutrinário e jurídico.

Não nos cabe, no presente trabalho, discutir as inúmeras “faces” atribuídas ao princípio da dignidade humana, mas, tão somente, indicar a interpretação mais aceita e assim mais comum, uma vez que utilizamos o referido princípio como critério unificador de definição de um direito fundamental.

Nas palavras de Mendes, Coelho e Branco (2009):

[...] São vários e “gananciosamente” expansivos os âmbitos de proteção da dignidade humana, metafísico como conquista do pensamento cristão -, até á satisfação das carências elementares dos indivíduos – e.g, alimentação, trabalho, moradia, saúde, **educação e cultura** -, sem cujo atendimento resta esvaziada a visão antropológica cultural desse princípio fundamental. (MENDES, COELHO e BRANCO, 2009, pág. 176) (grifamos)

Verifica-se o princípio da dignidade humana será cumprido quando propicia-se à pessoa acesso aos elementos essenciais já previstos na constituição, bem como, fomentando – se a educação, cultura e informação (direitos também previstos constitucionalmente e mundialmente), que atuam como elementos essenciais a análise crítica do ser humano, bem como, ao seu rol de escolhas.

2.2 Conceito de direito subjetivo

Induzimos ainda, a classificação da internet banda larga como um direito subjetivo do homem.

Assim, visualizado a partir da concepção de ordenamento normativo coercitivo de Hans Kelsen (2009), que um direito subjetivo consiste, na verdade, no reflexo do dever jurídico de uma ou mais pessoas. Isto é, a norma jurídica estabelece a punição para determinada ação ou omissão, que, por sua vez, repercute na esfera jurídica de outra pessoa.

Nas palavras do próprio Kelsen (2009):

Esta situação, designada como “direito” ou “pretensão” de um indivíduo, não é porém, outra coisa senão o dever do outro ou dos outros. Se, neste caso, se fala de um direito subjetivo ou de uma pretensão de um indivíduo, como se este direito ou esta pretensão fosse algo de diverso do dever do outro (ou dos outros), cria-se a aparência de duas situações juridicamente relevantes onde só uma existe. A situação em questão é esgotantemente descrita como dever jurídico do indivíduo (ou dos indivíduos) de se conduzir por determinada maneira em face de um outro indivíduo. Dizer que um indivíduo é obrigado a uma determinada conduta significa que, no caso da conduta oposta, se deve verificar uma sanção; o seu dever é a norma que prescreve esta conduta enquanto liga uma sanção à conduta oposta. Quando um indivíduo é obrigado em face de outro a uma determinada prestação, é a prestação a receber pelo outro que forma o conteúdo do dever; apenas se pode prestar a outrem algo que esse outrem receba. (KELSEN, 2009, p.142).

Dessa maneira, classificando o acesso à internet banda larga como um direito subjetivo, verificamos que a sua busca, é, na verdade, a busca por alguma norma jurídica que obrigue alguém a fornecê-la, ou, ao menos fomentar o seu acesso.

3 CONCEITO DE INTERNET BANDA LARGA E SUA IMPORTÂNCIA PARA UMA EXISTÊNCIA HUMANA DIGNA

Com um pré conceito formado a respeito de direito fundamental, por sua vez correlacionado ao fator dignidade da pessoa humana, verificaremos o conceito de internet banda larga e ainda, se podemos atribuir o acesso a este direito *status* de direito fundamental.

3.1 Internet banda larga: conceito

O presente trabalho irá adotar o critério da OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development⁴ - de conexão banda larga. A referida organização tem como objetivo promover políticas de desenvolvimento econômico e bem-estar social das pessoas de todo o mundo, e possui como membros países como Austrália, França, Alemanha, Chile, Israel e Turquia.

Para a OECD, é de banda larga a conexão com a internet capaz de baixar dados à 256 kbits por segundo. Concordamos com o critério adotado pela OECD uma vez que 256 kbits/s é o mínimo de velocidade necessária para acessar, de maneira razoável, os dados contidos na internet.

Por sua vez, a internet pode ser conceituada como uma rede global de computadores interconectados que utilizam protocolos de comunicação padronizados, e que fornece uma variedade de informações e recursos de comunicação (Oxford Dictionaries, tradução livre).

A internet é, ao mesmo tempo, uma ferramenta de transmissão mundial de dados, um mecanismo para a disseminação de informação, e um meio de colaboração e interação entre

4 Organização de Desenvolvimento e Cooperação Econômica (tradução livre).

indivíduos e seus computadores independentemente de suas condições geográficas (LEINER, 2009).

Em suma, a internet é uma ferramenta de comunicação extremamente poderosa e capaz de fazer com que um número indeterminado de pessoas colaborem e compartilhem informações umas com as outras.

Algo interessante sobre a internet é que ela é absolutamente descentralizada. Não há um grande servidor central, ou uma grande corporação que comanda e controla a internet. Em sua essência, a internet é uma padronização dos protocolos de comunicação entre redes de computadores ao redor do mundo que permite que indivíduos troquem informações. Isso atribui a ela uma característica democrática muito importante e difícil de ser encontrada em outros meios de comunicação em massa.

3.2 O direito fundamental de acesso à informação, a cultura, e a educação

Neste momento, serão investigados os direitos fundamentais a informação, a cultura e a educação, verificando como a internet possui um papel, na atualidade, fundamental para difusão destes direitos. Neste sentido perseguimos o objetivo do presente trabalho: o de verificar se o acesso a internet banda larga possui *status* de direito fundamental. Dessa forma, é interessante identificar se esse direito é reconhecido, grosso modo, em nível mundial, e não apenas no ordenamento jurídico brasileiro.

Começaremos a análise, portanto, pela Declaração Universal dos Direitos do Homem. Sobre o assunto, leciona o constitucionalista Dirley da Cunha Júnior (2009):

A adoção pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Declaração Universal dos Direitos de Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948, constitui o principal feito no desenvolvimento da ideia contemporânea de direitos humanos. Os direitos inscritos nesta Declaração constituem um conjunto indissociável e interdependente de direitos individuais e coletivos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, sem os quais a dignidade da pessoa humana não se realiza nem se desenvolve por completo. **A Declaração transformou-se, na última metade do século XX, numa fonte de inspiração para a elaboração de diversas cartas constitucionais e tratados internacionais voltados à proteção dos direitos humanos.** Pode-se, nesse sentido, afirmar, com Bobbio, que a Declaração Universal é uma síntese do **paradigma ético a partir do qual é possível aferir, constatar e até contestar a legitimidade de regimes e Governos.** Os direitos nele reconhecidos representam hoje um dos mais importantes

marcos de nossa civilização, pois visam a assegurar um convívio social digno, justo e pacífico. (CUNHA JÚNIOR, 2009, p. 571) (grifamos).

Já em seu preâmbulo, a Declaração Universal dos Direitos do Homem estabelece (dando ênfase ao ensino e à educação):

A ASSEMBLÉIA GERAL proclama a presente DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, **através do ensino e da educação**, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição. (ONU, 1948) (grifamos)

Mais a frente, no Artigo 19, a Declaração defende o direito de acesso a procurar receber e transmitir informações:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de **procurar, receber e transmitir informações e ideias** por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (ONU, 1948) (grifamos).

O acesso às artes, à cultura, e à ciência também é garantido pela Declaração Universal em seu Artigo 27, 1: “Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida **cultural da comunidade**, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.” (ONU, 1948) (grifamos).

Percebe-se que a Declaração Universal dos Direitos Humanos protege categoricamente o acesso à informação, à educação, à cultura, às ciências e ao livre pensamento.

Vale a pena ressaltar que os direitos previstos na Declaração Universal já foram incorporados ao ordenamento jurídico de vários países, em um processo chamado de *constitucionalização* dos direitos fundamentais, o que os dotou de inegável caráter normativo. Sobre o tema leciona Dirley da Cunha Júnior (2009):

Tal contingência fez com que se percebesse a indeclinável necessidade de uma

formulação jurídica positiva, mediante o reconhecimento dos direitos fundamentais, em face de sua superlativa importância, pelas próprias Constituições estatais, que passaram a subjetivá-los (destinando-os aos seus indivíduos), positivá-los (tratando-os pormenorizadamente em normas-princípios) e fundamentalizá-los, com o propósito de melhor garanti-los e efetivá-los. Tal fenômeno denominamos de *constitucionalização* dos direitos fundamentais, compelindo o Estado a respeitá-los e a promovê-los, foi preciso que as Constituições positivassem em seus textos um catálogo desses direitos, conferindo-lhes os meios necessários para assegurá-los e dotando-lhes de reforçada proteção.(JÚNIOR, 2009, p. 598)

E, de fato, caso se analise, a título de exemplo, a Constituição Brasileira de 1988, perceber-se-á que o acesso a educação, a informação, e a cultura é assegurado como direito fundamental do cidadão:

“Art. 6º São direitos sociais a **educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 5º [...]

IX - é livre a expressão da **atividade intelectual, artística, científica e de comunicação**, independentemente de censura ou licença;

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao **patrimônio histórico e cultural**, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência; ” (grifamos).

3.3 Internet como meio eficaz para propagação de informação e cultura

A experiência cotidiana corrobora, ainda, a importância da internet para a obtenção de informações de todo o tipo. Por meio dessa rede mundial de computadores, pessoas se informam sobre doenças, remédios, lugares, outras pessoas, instituições de ensino, enfim, se mantêm ligadas ao mundo.

Essa ferramenta adquire um papel ainda mais relevante para a cidadania à medida em que órgãos públicos lançam mão da internet para se comunicarem com a população.

Identificamos que é por meio da internet (e em vários casos, somente por ela) que se faz inscrição em processos seletivos públicos, que se tem acesso à legislação mais atualizada, que se verifica a situação do contribuinte perante os órgãos de tributação. A internet possibilita eficácia a

legislação, como por exemplo, facilitando o controle do cidadão as contas públicas e assim a fiscalização dos órgãos públicos, efetivando o poder conferido aqueles, previsto na Constituição brasileira vigente.

Por meio ainda da internet é possível ter acesso a milhares de livros de domínio público digitalizados, assim como já se pode, de maneira legal, comprar e baixar músicas e filmes. Até mesmo a vida social de um número crescente de pessoas orbita ao entorno de internet, que assim também se caracteriza como uma ferramenta de comunicação e de diversão.

A história recente da humanidade demonstrou ainda uma outra habilidade da internet: o de catalizar revoluções contra governos tiranos. Referimo-nos, naturalmente, à chamada Primavera Árabe:

Depois de décadas de estagnação política, no início de 2005 novos ventos de esperança foram sentidos no Oriente Médio, acompanhados por um slogan novo que circulou na mídia americana: 'Primavera Árabe'. A encarnação perfeita da nova tendência foi vista nas manifestações populares no Líbano, que ajudaram a derrubar o governo e forçar a Síria a retirar suas tropas. As eleições nacionais no Iraque e as regionais na Palestina e Arábia Saudita, ou a mudança da Constituição egípcia para permitir mais de um candidato presidencial foram outros sinais de que a mudança poderia finalmente estar a caminho. A era dos velhos patriarcas, ao que parecia, estava chegando ao fim. E os novos meios de comunicação - televisão por satélite, telefones celulares, Internet - foram muitas vezes considerados como tendo precipitado este desenvolvimento, minando o controle dos governos hegemônicos sobre o fluxo de informações. (HOFHEINZ, 2005, p. 78-96 – tradução livre).⁵

A Internet estava cumprindo um papel tão importante nas convulsões políticas no mundo árabe que no dia 28 de janeiro de 2011, o governo ditatorial do presidente egípcio Hosni Mubarak cortou a Internet de toda nação ao desativar roteadores e outros equipamentos de infra-estrutura necessários para acessar a rede mundial de computadores. Entretanto, apenas algumas horas após a constatação de que o mundo havia perdido contato com o Egito via internet, hackers ao redor do mundo começaram a trabalhar num projeto chamado Open Mesh que tinha como objetivo driblar a manobra de Mubarak. Em apenas alguns dias os hackers começaram a enviar, via fax,

5 After decades of political stagnation, in early 2005 new winds of hope were felt in the Middle East, accompanied by a new catchword making the rounds in the American media, »Arab spring.« The perfect embodiment of the new trend was seen in the popular demonstrations in Lebanon that helped to bring down the government and to force Syria to withdraw her troops. National elections in Iraq and local ones in Palestine and Saudi Arabia, or the change of the Egyptian constitution to allow more than one presidential candidate were other signs that change might finally be under way. The age of the old patriarchs, it appeared, was nearing its end. And the new media – satellite television, mobile phones, the Internet – were often regarded as having precipitated this development by undermining governments' hegemonic control over the flow of information. Not to forget, of course, external factors: supporters of the Bush administration maintained that it was us firmness and insistence on the values of freedom and democracy that was beginning to bear fruit.

para os manifestantes do Egito, uma solução para restabelecerem, clandestinamente, a internet do país. Engenheiros do Google e do Twitter também desenvolveram alternativas, ainda que precárias, para que os manifestantes enviassem mensagens para o micro-blog.

Em consequência a esses esforços da comunidade internacional, os manifestantes egípcios voltaram a se comunicar entre si mesmos e com o mundo pela internet, o que ajudou na organização dos protestos e na sensibilização mundial contra as barbaridades do governo repressor.

De qualquer forma, o objetivo desse trabalho não é, levemente, tentar listar as inúmeras e extremamente variadas utilidades da internet. O que se procura mostrar nessa parte do artigo é o imenso potencial, inclusive transformador, que a informação e o conhecimento adquirem quando se aliam a uma ferramenta tão versátil e dinâmica quanto à internet. O que esperamos ter deixado claro é que a Internet, no mundo contemporâneo, cumpre um papel absolutamente essencial de comunicação e acesso a todo tipo de informação e cultura (já consagradas mundialmente como direito fundamental).

3.4 Internet e a dignidade humana

A importância da internet para o princípio da dignidade da pessoa humana se evidencia quando se compreende que esse princípio trata da possibilidade de cada indivíduo traçar seu próprio projeto de vida, observando-se, o acesso a direitos fundamentais expressamente impostos pelas constituições.

Para que uma pessoa consiga traçar, com autonomia, seu plano de vida e, conseqüentemente, ter uma vida digna, é absolutamente necessário que esse indivíduo tenha condições materiais de desenvolver suas capacidades, suas habilidades, e suas aptidões, para que seja, faticamente, possível que ele consiga cumprir suas metas e atingir uma vida, na sua concepção, almejada.

Uma pessoa que não teve suas habilidades exploradas e incentivadas dificilmente terá um amplo leque de opções de vida.

Por outro lado, um indivíduo que tenha sido exposto a vários tipos de informações, vários tipos de experiências, e, que tenha desenvolvido suas habilidades, poderá escolher, pois obteve

acesso as opções de escolha, e, conseqüentemente, colocar em prática um projeto de vida que o satisfaça, que o torne feliz, e conseqüentemente, que propicie uma vida digna, uma vez que observados outros direitos fundamentais já consagrados.

Neste sentido, verifica-se que a habilidade de se comunicar, é uma das mais importantes capacidades humanas. A comunicação a nível mundial, e a incrível facilidade de acesso a todo tipo de informação, tornam a internet uma ferramenta indispensável para a educação e para o desenvolvimento do indivíduo, relacionando-a aos parâmetros estabelecidos pelo princípio da dignidade humana.

Pontuamos, portanto, que a Internet cumpre um papel essencial no desenvolvimento das habilidades humanas, uma vez que propaga com agilidade informação, o que implica na ampliação do leque de projetos de vida, e, conseqüentemente, numa existência humana digna, propiciando a observância efetiva de direitos fundamentais expressamente reconhecidos.

4 ACESSO A INTERNET BANDA LARGA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

No capítulo anterior conclui-se que a Declaração Universal dos Direitos do Homem, e as Constituições dos países democráticos em geral que constitucionalizaram esses direitos, determinam que o acesso à informação, a cultura, e a educação possuem *status* de direito humano/fundamental.

Tomando por base o que foi trabalhado no tópico anterior, podemos chegar ao seguinte raciocínio ao aplicarmos a técnica demonstrada por Alexy (2009), que objetiva descobrir as normas implícitas em um ordenamento:

A Constituição determina: “Os cidadãos têm direito à educação e cultura” (BRASIL, 1988, art.5º)

Esse enunciado pode ser destrinchado em: “Os cidadãos tem, em face do Estado, direito a educação e cultura”.

O enunciado acima exposto, por sua vez, possui o seguinte significado no ordenamento normativo coercitivo: “**O Estado tem o dever de garantir a seus cidadãos educação e cultura**”. (ALEXY, 2009)

Acreditamos que, até agora, não foi dito nada de novo ou extraordinário, uma vez que a doutrina jurídica contemporânea já é pacífica no sentido de que o Estado tem obrigação de garantir a educação e, pelo menos, fomentar a cultura. Entretanto, talvez não esteja ainda muito claro como Estado deve fazê-lo, ou ainda, qual é maneira mais eficiente de fazê-lo considerando o estágio tecnológico atual. É nesse ponto que o presente artigo pretende contribuir.

Como já foi demonstrado, a internet cumpre um papel absolutamente essencial na comunicação e na obtenção de todo tipo de dado. É seguro afirmar, portanto, que ela é hoje o meio mais rápido e fácil de acesso à informação. Por mais que educação e cultura, para serem fornecidas com qualidade, exijam uma série de abordagens diferentes (escola formal, teatros, bibliotecas, etc.), e que a internet, por si só, não se caracteriza como elemento absolutamente suficiente, esse meio de comunicação é condição necessária na contemporaneidade para a formação intelectual e cultural de qualquer pessoa, de maneira ágil e eficaz.

Portanto, a norma destacada no ponto 3 pode ainda ser desdobrada em: “O Estado tem o dever de fornecer os meios necessários para que os cidadãos tenham acesso à educação e cultura: educação formal, bibliotecas públicas, acesso a internet banda larga, etc.”

Conclui-se, portanto, que inclusive do ponto de vista formal, o direito de acesso à internet está, ainda que implicitamente, contido nas constituições dos países que preveem explicitamente o direito a educação e a cultura, pois aquela, é uma ferramenta eficaz de propagação destes direitos expressamente consagrados.

Aqui, passa a ser cristalina a constatação de que o direito de acesso a internet banda larga possui *status* de Direito Fundamental pois, cumpre tanto o requisito material de se relacionar diretamente com o princípio da dignidade da pessoa humana, quanto o requisito formal de ter sido constitucionalizado, ainda que implicitamente, como desdobramento do direito a educação e a cultura.

4.1 Como o estado deve garantir o direito de acesso a internet banda larga

Resta agora esclarecer como o Estado deve cumprir a norma implicitamente prevista no texto constitucional e garantir que todos os cidadãos tenham acesso à internet banda larga.

Alexy aponta que os direitos a uma prestação do Estado podem ser divididos em três grupos: “(1) direitos a proteção; (2) direitos a organização e procedimento; e (3) direitos a prestações em sentido estrito.” (ALEXY, 2011, p. 444).

O primeiro grupo diz respeito ao direito do titular de direitos fundamentais, em face do Estado, a que este o proteja contra intervenções de terceiros. O segundo grupo se refere à criação de normas procedimentais para viabilizar a aplicação do direito fundamental. Mas é a terceira divisão que mais interessa a esse artigo. Sobre os direitos a prestação em sentido estrito, afirma Alexy (2011):

Direitos a prestação em sentido estrito são direitos do indivíduo, em face do Estado, a algo que o indivíduo, se dispusesse de meios financeiros suficientes e se houvesse uma oferta suficiente no mercado, poderia também obter de particulares. Quando se fala em direitos fundamentais sociais, como, por exemplo, direitos à assistência à saúde, ao trabalho, à moradia e à educação, quer-se primariamente fazer menção a direitos a prestação em sentido estrito. (ALEXY, 2011, p. 499)

Esses são os tipos de direitos que exigem uma prestação do Estado. Existe ainda a questão sobre a forma como o Estado irá atuar na vida social e na vida econômica.

Existem várias formas de classificar a atuação do Estado na vida econômica e social. Para cumprir o objetivo desse artigo, iremos adotar o critério tradicional e simplificado de divisão entre “atuação como Estado Empresário”⁶ e “atuação por meio da legislação regulamentadora”⁷ (SOUZA, 2005, p. 330).

Acreditamos que o tipo de atuação do Estado, ao garantir o acesso à internet banda larga, deva depender do caso a caso de cada país. Nesse ponto é importante ressaltar que não se trata somente de uma opção política, mas, de uma análise de qual a forma mais adequada de atuação do Estado para cumprir esse mandamento constitucional implícito.

Trata-se de verificar qual a situação social e tecnológica daquele país ou daquela região. É necessário analisar, efetivamente, onde está a falha ou o gargalo na obtenção desse direito. Falta Infra-estrutura? O particular tem interesse de atuar naquele caso ou naquela região? É uma questão de falta de recursos financeiros? É falta de conhecimento acerca daquele direito?

6 Na Constituição Brasileira de 1988, esse tipo de atuação está prevista no Art. 173: “Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.”

7 Na Constituição Brasileira: “Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.”

Há poucos anos, em 2010, a Finlândia aprovou uma lei que obriga as empresas de telecomunicações a oferecerem a todas as residências do país acesso a internet banda larga de, no mínimo, 1 Mbit por segundo (4 vezes mais rápido que o mínimo adotado pela OECD).

A opção feita pelo Governo Finlandês foi no sentido de regulamentar, por meio da legislação, a atuação das empresas de telecomunicações. Entretanto, é de conhecimento público que os países nórdicos possuem elevado Índice de Desenvolvimento Humano e infra-estrutura bastante consolidada. No caso de países menos desenvolvidos, como o Brasil, talvez seja necessário uma atuação mais ostensiva do Estado na economia, o que já começa a acontecer no que tange ao acesso a internet, conforme veremos.

Existe também a questão de como viabilizar, via poder judiciário, o direito fundamental de acesso à internet banda larga. No entanto, o presente artigo não tem o escopo de avaliar qual a melhor abordagem processual para fazer valer esse direito, fator que será analisado em outra oportunidade de estudo. O objetivo desse trabalho foi o de avaliar se existe um direito de acesso à internet banda larga, e, ainda, se esse direito possui *status* de direito fundamental.

4.3 Brasil: em alta velocidade

O ministério das telecomunicações brasileiro estabeleceu, no ano de 2009, uma proposta de propagação e expansão do acesso à internet banda larga no território brasileiro, essencialmente a população carente, que demanda peremptoriamente proteção especial do governo.

Já no sumário, o projeto expõe: “Nesse contexto da “economia do conhecimento”, onde informação e conhecimento são instrumentos de trabalho, a infraestrutura de acesso a Internet em banda larga é vista como essencial para o desenvolvimento e competitividade das nações”. (PNBL, 2009).

Com a presente proposta, o governo brasileiro, pretende propagar o acesso à internet banda larga no território com meta significativa a ser cumprida até o ano de 2014, estabelecendo como fundamentos desse tipo de oferta:

- Acelerar a entrada da população na moderna Sociedade da Informação; (PNBL, 2009)

- Promover maior difusão das aplicações de Governo Eletrônico e facilitar aos cidadãos o uso dos serviços do Estado; (PNBL, 2009)
- Contribuir para a evolução das redes de telecomunicações do país em direção aos novos paradigmas de tecnologia e arquitetura que se desenham no horizonte futuro, baseados na comunicação sobre o protocolo IP; (PNBL, 2009)
- Contribuir para o desenvolvimento industrial e tecnológico do país, em particular do setor de tecnologias de informação e comunicação (TICs); (PNBL, 2009)
- Aumentar a competitividade das empresas brasileiras, em especial daquelas do setor de TICs, assim como das micro, pequenas e médias empresas dos demais setores econômicos; (PNBL, 2009)
- Contribuir para o aumento do nível de emprego no país; (PNBL, 2009)
- Contribuir para o crescimento do PIB brasileiro. (PNBL, 2009)

O plano nacional de banda larga já foi legalmente instituído com a promulgação do decreto federal 7175 de maio de 2010, que estabelece já no seu artigo 1º:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Banda Larga - PNBL com o objetivo de fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação, de modo a:

- I - massificar o acesso a serviços de conexão à Internet em banda larga;
- II - acelerar o desenvolvimento econômico e social;
- III - promover a inclusão digital;
- IV - reduzir as desigualdades social e regional;
- V - promover a geração de emprego e renda;
- VI - ampliar os serviços de Governo Eletrônico e facilitar aos cidadãos o uso dos serviços do Estado;
- VII - promover a capacitação da população para o uso das tecnologias de informação; e
- VIII - aumentar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileiras.

(BRASIL, 2010)

Verifica-se que o governo brasileiro já estabelece ao acesso a internet banda larga, ainda que de maneira implícita, *status* de direito fundamental do cidadão onde a difusão do acesso, implicará, conseqüentemente, na evolução do corpo social do país e conseqüentemente na evolução deste.

5 CONCLUSÃO

Verificou-se, portanto, que, o acesso à internet banda larga possui íntima relação com o princípio da dignidade da pessoa humana.

Também foi demonstrado que a internet é uma das principais e mais importantes ferramentas de acesso à educação e a cultura, que por sua vez, são direitos humanos fundamentais notoriamente reconhecidos pelas constituições dos países democráticos.

Diante dessas constatações, conclui-se que o direito de acesso a internet banda larga está implicitamente contido nos ordenamentos jurídicos dos estados democráticos, e que esse direito possui *status* de direito fundamental à medida que fomenta de maneira eficaz e ágil o acesso a educação e cultura.

Fica nítido, portanto, que o acesso a internet banda larga merece proteção e atenção especial do Estado, como já vem sendo feito por alguns governos. Resta agora investigar as formas, inclusive processuais, de como fazer cumprir esse mandamento constitucional implícito, que efetivamente será objeto de estudos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALEXY, Robert. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. 2ª edição. Editora Malheiros, 2011.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos Princípios*. 13ª edição. Editora Malheiros, 2012.

BOBBIO, Norberto. *O positivismo Jurídico*: lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 2006.

BRASIL, *Constituição da República de 1988*. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm, acesso em março de 2013.

BRASIL, *Decreto federal 7175 de 2010*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7175.htm, acesso em 01/09/13.

CLARK, Giovani & CORRÊA, Leonardo. *Teoria das Normas e Direito Econômico*: Um Diálogo com a Filosofia. In: SOUZA, Washington Peluso Albino de & CLARK, Giovani (Coord.). *Direito Econômico e a Ação Estatal na Pós-Modernidade*. São Paulo: LTR, 2011.

CLARK, Giovani & NASCIMENTO, Samuel Pontes do. *Política Econômica Privatizante*: o caso da Educação Superior Brasileira. In: SOUZA, Washington Peluso Albino de & CLARK, Giovani (Coord.). *Direito Econômico e a Ação Estatal na Pós-Modernidade*. São Paulo: LTR, 2011.

CLARK, Giovani. *O Município em face do Direito Econômico*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

CORRÊA, Leonardo Alves. *Direito Econômico e Desenvolvimento*: uma interpretação a partir da Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Publit, 2011

GANDELMAN, Henrique. *De Gutenberg à internet*: direitos autorais na era digital. 5ª edição. Revista e atualizada. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GRAU, Eros Roberto. *A Ordem Econômica na Constituição de 1988*. 15 edição. São Paulo: Malheiros, 2012.

JÚNIOR, Dirley da Cunha. *Curso de Direito Constitucional*. 3ª edição. Editora JusPODIVM, 2009.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Tradução Baptista Machado. -8ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LEINER, Barry M. et al. *A brief history of the Internet*. *Computer communication review*, v. 39, n. 5, p. 22, 2009. Disponível em www.isoc.org/oti/printversions/0797prleiner.html, acesso em março de 2013.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. *Curso de Direito Administrativo*. 28ª edição. Editora Malheiros, 2010.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. 4º edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

ONU. Declaração universal dos direitos do homem. 1948. Disponível em http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm, acesso em março de 2013.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

PINHEIRO, Patrícia Peck. *Direito Digital*. 4. edição. Rev., atual. e ampli. São Paulo: Saraiva, 2010.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. CLARK, Giovani (Coord.). *Direito Econômico e a Ação Estatal na Pós-Modernidade*. São Paulo: LTR, 2011.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. CLARK, Giovani. *Questões Polêmicas de Direito Econômico*. São Paulo: LTR, 2008.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. *Primeiras Linhas de Direito Econômico*. 6 edição. São Paulo: LTR, 2005.

HOFHEINZ, Albrecht. *The Internet in the Arab world*: Playground for political liberalization. *International Politics and Society*, v. 3, p. 78-96, 2005.

www.thedailybeast.com/newsweek/2011/02/01/hackers-egypt-rescue-get-protesters-back-online.html, acesso em março de 2013.

<http://openmeshproject.org/index.php>, acesso em março de 2013.

www.dailymail.co.uk/news/article-1351904/Egypt-protests-Internet-shut-hackers-message-out.html, acesso em março de 2013.

http://articles.cnn.com/2010-07-01/tech/finland.broadband_1_broadband-access-internet-access-universal-service?_s=PM:TECH, acesso em março de 2013.

<http://www.bundestag.de/bundestag/aufgaben/rechtsgrundlagen/grundgesetz/index.html>, acesso em março de 2013.

www.bbc.co.uk/news/10461048, acesso em março de 2013.

<http://www.oecd.org/sti/broadband/oecdbroadbandssubscribercriteria2010.htm>, acesso em março de 2013.